

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação***O Caminho Liberal**

As afirmações do vice-presidente Itamar Franco, de que manteria a agenda de modernização liberal da sociedade brasileira, caso venha a substituir o presidente Fernando Collor, jogam por terra as especulações sobre a possibilidade de solução de continuidade no saneamento das finanças públicas e nas medidas de abertura da economia.

As medidas que vêm sendo aplicadas pelo ministro Marcílio Marques Moreira se incorporaram à urgente necessidade que tem a sociedade de recuperar o atraso em que o país foi mergulhado pelo prolongamento, além do necessário, da ação paternalista do Estado, cujo alto custo desorganizou as suas finanças e espicaçou a inflação.

Se as revelações das entranhas do poder afetam o orgulho e a confiança nacionais, é verdade também que o Brasil vem dando ao mundo uma demonstração de maturidade política ao discutir a sua crise no mais convincente espírito democrático, em completo respeito aos ritos constitucionais. Esse exemplo marca a profunda diferença do Brasil em relação ao seu passado e à própria América Latina para os investidores do Primeiro Mundo. Esse trunfo não pode ser desperdiçado.

É preciso, portanto, não deixar as folhas da agenda marcadas pelas discussões entre o Executivo e o Legislativo em torno do *impeachment*, e dar seguimento à negociação das reformas e dos projetos modernizadores da economia e da sociedade brasileiras. Esta tarefa não é missão isolada do governo ou da oposição. Ela compete a todas as forças lúcidas na nação, que não podem se conformar com a paralisação do país em torno de questões políticas, jurídicas e éticas, por graves que sejam. O caminho escolhido pelo presidente da República não implica solução de curto prazo. Mas as condições objetivas da economia e da nação não apresentam fôlego para prolongada resistência à indefinição.

Não recrudescem apenas as pressões inflacionárias diante do desafio à credibilidade do Executivo feito pela CPI. As transformações nas economias do Primeiro Mundo têm se processado numa velocidade espantosa, o que exige constante mobilidade dos países que aspiram a uma posição de destaque na economia e na esfera mundial do poder.

A recessão atinge fortemente a economia dos Estados Unidos e não poupa a Europa e o Japão, propagando no mundo dos negócios uma onda protecionista que alcança o Brasil como exportador de produtos manufaturados que recebem acabamento nos mercados do Primeiro Mundo.

Na acirrada disputa pelos escassos capitais que circulam no mercado financeiro internacional, ganham os países com estabilidade política e econômica e oferta de recursos naturais, energéticos e humanos, além de leis atrativas para a movimentação de mercadorias e capitais.

O exame sereno da situação brasileira indica que ainda há muito a ser feito para o Brasil atrair investimentos estrangeiros que ajudem a modernizar a economia e a realinhar o país entre as nações com perspectivas promissoras na virada do século XXI.

O ideário liberal apresentando na campanha pelo candidato Fernando Collor foi aplicado em seu governo, tropeçou em falhas de execução, mas já apresenta resultados que não permitem o retrocesso aos tempos anteriores, quando o Brasil não apresentava perspectivas de retomar a rota do extraordinário crescimento econômico que trilhou no pós-guerra.

Há mais de dez anos o Brasil se desviara da rota do crescimento devido ao descontrole fiscal e à insistência na continuação de um modelo econômico fechado, e que vivia às expensas da proteção

do Estado às estruturas cartoriais, viciadas no jogo da inflação e acomodadas no esforço de modernização por falta de concorrência interna e externa.

O modelo econômico não sobreviveu à crise do endividamento do Estado nem se adaptou aos tempos democráticos. A crônica dos conluios entre o empresariado e intermediários dos governos mais parece a exumação de um organismo viciado. Espera-se que a reconstituição sirva para evitar a repetição futura dos erros.

Tudo isso evidencia que ainda falta muito para o país adquirir autonomia nas condições de governabilidade. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem feito um esforço admirável para devolver o mundo dos negócios ao leito natural. Quando assumiu o comando da economia, havia um divórcio entre o setor real da economia e o governo. A inflação mostrava relativo controle, mais por falta de combustível financeiro e pelo excesso do intervencionismo estatal (no controle de preços) do que pela eficácia da política econômica.

O ministro Marcílio Marques Moreira imprimiu outra dinâmica às relações do Estado com a sociedade no domínio econômico e arquivou o arsenal de planos heterodoxos e truques econômicos que vigoraram nos últimos 25 anos. Seguindo a cartilha ortodoxa e obedecendo à Constituição, o ministro foi reconquistando a credibilidade na estabilidade das regras do jogo que ajudou a devolver a confiança na moeda nacional.

No *front* externo, o Brasil recuperou a credibilidade na comunidade financeira internacional, estabelecendo uma agenda de contatos junto aos governos da OCDE, ao Banco Mundial, ao FMI, e ao Japão, que se completará com o acordo junto aos bancos credores privados. Tudo depende, no entanto, de decisões internas.

Desde a primeira hora, o ministro da Economia contou com o apoio direto do presidente do Banco Central, Francisco Gros, na cruzada inglória de estabelecer a obediência dos gastos do Estado à disponibilidade da receita fiscal. A participação do ex-senador Jorge Bornhausen na coordenação política do governo deu maior mobilidade à cruzada liberal da modernização com o estrito respeito ao Orçamento.

A tarefa não é fácil. O Orçamento demonstra grande fragilidade, diante da violenta queda da arrecadação, causada tanto pela redução da atividade econômica como pelo forte aumento da sonegação, como forma de autofinanciamento empresarial com os recursos devidos ao Tesouro. É preciso, ainda, resistir ao assédio do casuismo e do fisiologismo. Para assegurar a continuidade da agenda liberal relativa à modernização, é indispensável que as principais lideranças políticas retomem, desde logo, no Congresso o exame do projeto da reforma fiscal.

Se o projeto apresenta falhas — como apontam os deputados Delfim Netto e José Serra, do PDS e do PSDB paulista —, cabe ao Congresso tomar providências para aprovação de uma reforma mais viável e factível, capaz de estabelecer um paradeiro na intervenção do Estado sobre a poupança privada e dar racionalidade à carga tributária e ao sistema previdenciário, para aplicação a curto, médio e longo prazos.

Diante do interesse do governo em recuperar as fatias da receita transferidas pela União aos estados e municípios, na Constituição de 88, é compreensível o empenho dos deputados paulistas nas críticas ao projeto do Ministério da Economia, que afeta o poder fiscal do estado de São Paulo e seus municípios, onde está metade do PIB brasileiro. É preciso, no entanto, pensar antes de tudo numa solução para o Brasil.